CDS-PP

PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 1384/XIII

Recomenda ao Governo a adopção das medidas necessárias ao bom e regular funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, assegurando a todos os cidadãos o acesso à prestação de cuidados de qualidade e em tempo útil.

Ao contrário do que o Governo tem tentado fazer crer, não está tudo bem no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e, muito menos, os graves problemas que o atingem estão resolvidos. Esses problemas, de tão sérios, estão a comprometer o acesso dos portugueses à Saúde, estão a comprometer a qualidade dos cuidados prestados e estão a comprometer a sustentabilidade do SNS, pelo que a coesão social está ameaçada.

Para além de opções orçamentais, outras questões se impõem na área da Saúde. O CDS tem alertado para a relevância das questões demográficas do envelhecimento e do aumento das pessoas com doenças crónicas, para o impacto desta realidade nos serviços de saúde. Temos feitos várias propostas tendo em conta, precisamente, essa realidade, propostas que vão da alteração da formação dos recursos humanos à organização dos próprios serviços de saúde.

Conforme o CDS também tem vindo a alertar nos últimos dois anos, não bastam boas intenções para garantir a sustentabilidade do SNS e um SNS de qualidade e acessível a todos. Mais do que promessas e anúncios, são precisas medidas concretas que sustentem estas boas intenções. Este Governo está a mais de meio do seu mandato e é a ele que compete tomar medidas concretas para resolver os problemas que o SNS enfrenta agora.

As dívidas na Saúde e os pagamentos em atraso não param de crescer para níveis impensáveis e são um problema que parece longe de se resolver. De acordo com os dados divulgados recentemente pela DGO, os pagamentos em atraso dos hospitais EPE voltaram a aumentar, estando agora em 951 milhões de euros. Isto representa um aumento de 114 milhões de euros face a Dezembro 2017, em que a dívida era de 837 milhões de euros, e representa um aumento de 338 milhões de euros face a Janeiro 2017, em que o montante em dívida era de 613 milhões de euros.

Para o CDS estes factos são muito preocupantes, pois entendemos que, desta forma, se está a capturar o SNS e a comprometer o acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil.

O próprio Tribunal de Contas, no relatório divulgado no dia 08 de Fevereiro, da auditoria à conta consolidada do Ministério da Saúde entre 2015 e 2016, afirma, entre muitas outras coisas, que "*a situação económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde degradou-se de 2014 para 2016, tendo o rácio de endividamento atingido os 95% no final de 2016 refletindo a dependência do Serviço Nacional de Saúde das dívidas a fornecedores*". E, a propósito de dívidas, refere também este relatório que *"(…) nota-se um aumento do Passivo do Ministério da Saúde, em particular das dívidas a fornecedores e outros credores do Ministério da Saúde (+38,9%), que passaram de € 1.761,5 milhões em 2014 para € 2.446,6 milhões em 2016 (+ € 685,1 milhões)*".

A falta de recursos humanos no SNS é manifesta e o Governo insiste em atrasar a abertura dos concursos necessários, atraso esse que prejudica a fixação dos profissionais no SNS. Acresce o descontentamento generalizado e a exaustão que se verifica junto dos profissionais de saúde, a quem o Governo gerou expectativas que não consegue cumprir. Médicos e enfermeiros ameaçam regularmente com mais greves, e o Governo tem sido incapaz de buscar uma solução construtiva para estes conflitos.

Conforme temos vindo a defender, é urgente que o Governo adpote medidas concretas e eficazes que assegurem a todos os cidadãos o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil.

- São precisas medidas que assegurem o pagamento atempado das dívidas;
- São precisas medidas que diminuam os prazos médios de pagamento aos fornecedores;
- São precisas medidas que reforcem a autonomia das administrações hospitalares;
- São precisas medidas que reforcem os recursos humanos na Saúde;
- São precisas medidas que garantam a fixação de médicos nas zonas carenciadas;
- São precisas medidas que diminuam os tempos de espera para consultas e cirurgias, que são demasiado longos;
- São precisas medidas que assegurem que as unidades de saúde não se deparam com falta de material fundamental;
- São precisas medidas que promovam o acesso aos Cuidados Continuados;
- São precisas medidas que assegurem o acesso a cuidados de Saúde Mental;
- São precisas mais medidas que assegurem o acesso a Cuidados Paliativos;
- São precisas medidas que assegurem que os hospitais têm verba para comprar medicamentos e consumíveis imprescindíveis;
- São precisas medidas que descongelem a reforma dos Cuidados de Saúde Primários, que está completamente parada;
- São precisas medidas que disponibilizem às direcções clínicas e de serviços dos hospitais condições de trabalho e de prestação de cuidados de saúde de qualidade.

São precisas medidas que funcionem, que apresentem resultados efectivos e não apenas um rol de boas intenções que mais não fazem do que demonstrar que o Governo está completamente alheado da realidade.

Temos um Ministro da Saúde que tem vindo a insistir numa retórica de propaganda, retórica que não salva o SNS e, por muito que o Ministro o negue, a verdade é que está refém do Ministro das Finanças e não consegue pôr em marcha as medidas necessárias para resolver os problemas, por ausência de financiamento adequado. O subfinanciamento do SNS pode ser resolvido progressivamente se já hoje forem tomadas opções orçamentais que não comprometam o bem-estar dos portugueses, medidas que revelem efectiva prioridade para a saúde dos nossos concidadãos e que não comprometam a qualidade dos serviços públicos de saúde.

O Governo anunciou o fim da austeridade, mas há uma austeridade encapotada, aplicada nos serviços públicos de saúde, e os profissionais e os utentes do SNS sentem-na todos os dias. Sentem-na os utentes quando estão meses à espera de uma consulta de especialidade hospitalar; quando estão meses à espera de uma cirurgia; quando estão meses à espera para realizar um exame complementar de diagnóstico e terapêutica. Sentem-na os profissionais quando, exaustos, verificam que não há colegas disponíveis para os substituir nas escalas; quando não podem realizar um exame porque o equipamento está avariado; quando precisam de fazer um tratamento aos utentes mas não há material disponível; quando precisam de internar um doente em condições dignas e não têm camas disponíveis, vendo-se obrigados a colocar o doente numa maca, num corredor, durante dias seguidos.

É lamentável que tanto o Governo, como o PS, o BE e o PCP continuem a fingir que está tudo bem e é lamentável, também, assistir à actuação do BE e do PCP que, ao mesmo tempo que suportam o Governo, fazem críticas na área da Saúde e são uma caricatura de oposição, afinal verdadeiramente inconsequentes e coniventes ao viabilizarem esta acção governativa.

É urgente investir verdadeiramente no SNS. É urgente salvar o SNS.

A Saúde tem, definitivamente, de se tornar uma prioridade para o Governo.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CDS-PP abaixo assinados apresentam o seguinte Projeto de Resolução

A Assembleia da República recomenda ao Governo que:

1 – Proceda ao reforço dos recursos humanos necessários ao bom e regular funcionamento do Serviço Nacional de Saúde;

2 – Tome as medidas necessárias com vista à atribuição de maior autonomia aos Conselhos de Administração dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente, no que diz respeito à contratação de recursos humanos em falta e à aquisição de material necessário à prestação de cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil;

3 – Proceda à reparação e/ou substituição do equipamento obsoleto e/ou avariado do Serviço Nacional de Saúde, por forma a reduzir os tempos de espera para a realização atempada de exames complementares de diagnóstico e terapêutica;

4 – Tome as medidas necessárias que garantam, efectivamente, a fixação de médicos nas zonas mais carenciadas do País;

5 – Tome medidas concretas com vista à rápida diminuição dos tempos de espera para consultas e para cirurgias;

6 – Promova o acesso em tempo útil à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, reduzindo substancialmente os tempos de espera;

7 – Promova e generalize o acesso da população a cuidados de Saúde Mental;

8 – Proceda à criação de um Plano Nacional para as Demências;

9 – Reforce o número de camas, os profissionais das várias equipas e a formação específica em Cuidados Paliativos;

10 – Reforce o número de equipas de Cuidados Paliativos Pediátricos;

11 – Dê cumprimento às Resoluções da Assembleia da República já aprovadas relativas à Oncologia Pediátrica;

12 – Aposte definitivamente na rede de Cuidados de Saúde Primários, em particular através da abertura das Unidades de Saúde Familiar necessárias a uma efectiva cobertura nacional;

13 – Tome medidas que assegurem que as unidades de Cuidados de Saúde Primários não se deparam com falta de material básico necessário à prestação de cuidados de qualidade e em tempo útil;

14 – Proceda à atribuição de médico de família a todos os cidadãos;

15 – Implemente e generalize, até ao final da presente sessão legislativa, o Enfermeiro de Família;

16 – Tome as medidas efectivas para a criação do Estatuto do Cuidador Informal, até ao final da presente sessão legislativa;

17 – Proceda ao pagamento imediato das dívidas aos fornecedores do Serviço Nacional de Saúde;

18 – Proceda à criação e implementação de medidas que diminuam os prazos médios de pagamentos a fornecedores para prazos acordados e razoáveis, no Serviço Nacional de Saúde.

Palácio de São Bento, 01 de Março de 2018

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP,
Isabel Galriça Neto
Teresa Caeiro
Ana Rita Bessa
Patrícia Fonseca
Nuno Magalhães
Assunção Cristas
Cecília Meireles
João Almeida
Telmo Correia
Álvaro Castello-Branco
António Carlos Monteiro
Helder Amaral
Vânia Dias da Silva
Filipe Anacoreta Correia
João Rebelo
Ilda Araújo Novo
Filipe Lobo d'Ávila
Pedro Mota Soares